

TURISMO, NATUREZA, PATRIMÓNIO E MEMÓRIA NAS COMUNIDADES DE MONTANHA. RECURSOS E SUSTENTABILIDADE NO PARQUE NACIONAL DA PENEDA-GERÊS

José da Cunha Barros¹

RESUMO

O turismo nas áreas protegidas portuguesas, como o turismo de natureza, assim como outros tipos de atividade de turismo que também privilegiam a sustentabilidade, podem contribuir para a preservação dos ecossistemas, a promoção dos meios de acolhimento, e incremento de múltiplas atividades socioculturais. A pesquisa incide sobre percursos pedestres de montanha, com destaque para os roteiros temáticos culturais. Os promotores de roteiros turísticos não disponibilizam aos visitantes, frequentemente, informação detalhada sobre a memória e história dos lugares. As aldeias, mesmo com patrimónios significativos, estão degradadas e têm populações envelhecidas. Na requalificação nem sempre é preservado o património material e imaterial. Os residentes estabeleceram relações equilibradas com o meio ambiente, através de processos adaptativos seculares, privilegiando atividades e estilos de vida singulares, com impactes ambientais restritos, como o comunitarismo agro-pastoril. O património, habitações vernaculares, e estilos de vida, mesmo em desuso, devem ser potenciados como recursos turísticos. A revisão da literatura relevante sugere que os estudos de turismo ambiental são frequentemente dissociados daqueles que privilegiam a cultura mesmo que digam respeito a ambientes rurais. Tratando-se de regiões humanizadas, a cultura e, em particular, o património material e imaterial, podem contribuir, de forma significativa, para o enriquecimento das atividades temáticas incrementadas no turismo na natureza. Nesta fase da pesquisa privilegiámos a região da Área Protegida abrangida pelo Município de Arcos de Valdevez com destaque para as suas áreas de montanha. Pretende-se realçar a importância do turismo em zonas degradadas, assim como a interdependência entre natureza e cultura. Iremos partilhar os resultados parcelares da pesquisa, baseada numa metodologia multidisciplinar, com ênfase na antropologia do turismo.

Palavra-chave: Turismo; Áreas protegidas; Sustentabilidade ambiental; Comunidades; Cultura; Natureza; Memória coletiva.

¹ Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP)-ISCSP-ULISBOA
EMAIL: cbarros@iscsp.ulisboa.pt

TOURISM, NATURE, HERITAGE AND MEMORY IN THE COMMUNITIES OF MOUNTAIN. RESOURCES AND SUSTAINABILITY IN THE NATIONAL PARK OF PENEDA-GERÊS

ABSTRACT

Tourism in protected areas of Portugal, as nature tourism, is growing, and can contribute to the preservation of ecosystems, the promotion of the host environments, and the increase of socio-cultural activities. The research focuses on walking routes of mountain, with emphasis on the thematic cultural itineraries. The promoters of tours do not offer visitors often detailed information about memory and history of the places. The villages, with significant heritage are degraded and have aged populations. On requalification, is not always preserved the material and immaterial heritage. Residents established balanced relations with the environment, through secular adaptive processes, promoting activities and lifestyles, with limited environmental impact, such as the agro-pastoral communalism. The heritage, vernacular housing, lifestyles, even obsolete, should be enhanced as resources of interest. The review of relevant literature suggests that environmental tourism studies are often separated from those who favour the culture even if they relate to rural environments. In the case of humanized regions, culture and, mainly, the material and immaterial heritage, can contribute significantly to the enrichment of thematic activities performed in environmental tourism. At this stage of the research we have given preference to the region of the protected area within the municipality of Arcos de Valdevez and their mountain regions. The goal is to emphasise the importance of the tourism and of the interdependence between nature and culture. We will share the results of the research approach based on a multidisciplinary methodology, but with an emphasis on anthropology of tourism.

Keywords: Tourism; Protected areas; Environmental sustainability; Communities; Nature; Culture; Colletive memory.

1. INTRODUÇÃO

A nível mundial a proteção da natureza e a existência de Áreas Protegidas assumem uma importância crescente por se observar uma tendência para a degradação do meio ambiente e para a ocorrência de desequilíbrios nos ecossistemas. No entanto, em consequência da promoção de ações preventivas como aquelas que se referem à educação ambiental, tem-se observado uma tomada de consciência acrescida quanto à importância do meio ambiente e da necessidade de ações que assegurem a sua salvaguarda e o equilíbrio dos ecossistemas, sobretudo por parte dos múltiplos agentes, direta e indiretamente interessados nas questões ambientais, sejam individuais e coletivos, públicos e privados.

É de notar que as fronteiras físicas não são hoje entendidas como fixas e estanques, o que permite melhor assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas, facilitando a criação de redes de cooperação, como acontece com os países da Europa Comunitária, como no caso daqueles que partilham territórios de fronteira, ações essas que visam a concretização de iniciativas conjuntas ou, articuladas, para a preservação e valorização de áreas contíguas mais vastas.

No que respeita à questão do turismo em Áreas Protegidas a nível europeu importa destacar a “Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas”. Insere-se a mesma nas preocupações enunciadas nas recomendações da Agenda 21, encontrando-se o desenvolvimento sustentável como um dos princípios fundamentais a observar nas Áreas Protegidas.

No caso português há acordos e compromissos que foram estabelecidos a nível internacional e europeu. No entanto, há problemas e preocupações que persistem ao longo do tempo. Não obstante as múltiplas diretivas existentes, tem sido assinalada a existência de lacunas quanto à gestão das Áreas Protegidas. Assim, Carlos Pereira da Silva assinalava num trabalho publicado no ano 2000 o que considerava então como sendo o principal problema das áreas protegidas. No caso, com referência à maioria das 32 áreas (protegidas) então existentes, ocupando um total de cerca de 651000 hectares e onde viviam, então, cerca de 200000 pessoas, o problema principal assinalado por aquele autor era o facto da gestão ser feita de uma forma bastante discricionária e casuística (Cf. Silva, 2000: 37).

A ocupação humana das Áreas Protegidas constitui uma realidade secular a ter em conta. No caso, a referida ocupação tal como a promoção de atividades humanas foram objeto de condicionalismos legais e operacionais tendo em vista a salvaguarda dos recursos e valores naturais, processo esse cuja regulação pela comunidade internacional se processou ao longo do tempo. As populações das regiões de montanha, com raízes seculares, muitas vezes isoladas, enfrentando ambientes hostis, promoveram frequentemente estratégias adaptativas privilegiando estilos de vida que permitiram fazer face ao isolamento e a ambientes adversos, preservando a sustentabilidade. Para além das populações residentes importa ter em atenção os turistas e visitantes que, cada vez mais, manifestam interesse, motivações e atração pelas zonas rurais e visitam cada vez mais as Áreas Protegidas.

No caso português, o comunitarismo agro-pastoril constituiu o modelo de comunidade e de organização da atividade económica de base solidária que prevaleceu durante séculos, sobretudo nas regiões montanhosas das Áreas Protegidas, facilitando o equilíbrio entre a satisfação de necessidade por parte das populações locais e os recursos disponíveis.

No entanto, a referida sustentabilidade foi quebrada por ação de fatores endógenos e exógenos e daí os estilos de vida tradicionais terem entrado em declínio, sem que emergissem outros modelos que permitissem preservar a referida sustentabilidade, processo esse que implicou, entre outros, o envelhecimento das populações e o incremento de processos migratórios para áreas de centralidade.

Não obstante a existência de problemas demográficos que afetam populações residentes em ambientes rurais e, em particular, em áreas protegidas, a preservação do ambiente tal como os efeitos da ocupação humana do território são hoje objeto de análise e de intervenção, seja através de medidas legislativas como de outros tipos de ação humana. No caso, o estudo que estamos a realizar incide sobre o Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG). É único Parque Nacional classificado como tal em território nacional que suscitou interesse particular pela sua biodiversidade, como por ter sido objeto de ocupação humana desde épocas remotas.

O PNPG constitui uma das Áreas Protegidas acreditadas pela Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas o que significa entre outros o compromisso pela implementação de estratégias a nível local a favor do turismo sustentável.

O território do PNPG ocupa uma área de 69592,00 hectares. Este foi criado em 1971, estando localizado no norte de Portugal, numa zona de transição entre Minho e Trás-os-Montes, caracterizando-se por uma grande diversidade de paisagens e ecossistemas. Para além dos recursos naturais e ambientais importa destacar aqueles que se referem às dimensões patrimoniais, culturais e humanas. Para efeitos de salvaguarda dos respetivos recursos e valores como para o estabelecimento do regime de gestão mais adequado o PNPG possui um Plano de Ordenamento que tem a natureza de regulamento administrativo, sendo aplicável também aos municípios abrangidos por esta Área Protegida. Compete ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, entidade pública com competências a nível nacional, a gestão da Rede Nacional das Áreas Protegidas (RNAP) da qual faz parte integrante o referido Parque Nacional. A RNAP é composta pelas áreas protegidas de interesse nacional, regional ou local e inclui os parques nacionais, as reservas naturais, os parques naturais, os monumentos naturais, as paisagens protegidas e os sítios de interesse biológico

Quanto ao turismo português em espaço rural, no qual se insere o turismo de natureza, pode dizer-se que assume uma expressão mais significativa no norte do País e o território do PNPG tem uma expressão muito significativa quanto ao turismo sustentável, registando-se o incremento de atividades turísticas baseadas em percursos pedestres. Contudo, considerando as sub-regiões do norte onde predomina este tipo de atividade de turismo ligado à natureza, observam-se também não só desequilíbrios em termos geográficos, como marcadas assimetrias no que respeita ao desenvolvimento local.

De qualquer forma importa destacar a importância das populações locais para o incremento das atividades turísticas no espaço rural. Em concordância com Bote Gómez considera-se que “a vontade da população tanto para a conservação como para o desenvolvimento rural constitui o motor do turismo rural sendo a adesão da mesma uma condição prévia para o seu desenvolvimento” (Cf. Bote Gómez, 2001: 108).

O presente trabalho decorre de uma pesquisa que tem como objeto de estudo as comunidades residentes em regiões montanhosas do território do Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG), estudo esse em processo que implicou uma inventariação e análise aprofundada baseada em fontes estatísticas e documentais relativas à ocupação humana do

território do Parque Nacional e, subsequentemente, deslocações aos territórios em análise e entrevistas incidindo sobre agentes e atores. No que respeita à atividade turística pretende-se determinar qual o seu contributo efetivo, designadamente como fator de ativação patrimonial, nas Áreas Protegidas portuguesas.

Foi colocada como hipótese de pesquisa que, o atraso na integração de forma explícita dos recursos naturais no conceito de património, constitui um dos principais fatores condicionantes da perceção integrada dos ambientes rurais dificultando uma desejável gestão integrada dos recursos naturais e culturais nas Áreas Protegidas que têm evoluído para uma complexidade crescente. A referida inserção dos recursos naturais no conceito de património apenas ocorreu em 1971, com a publicação pela UNESCO da Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural.

Pretende-se, no caso, demonstrar que através de uma gestão integrada que contemple os recursos existentes, seja possível que as atividades de turismo na natureza, como as que se baseiam nos percursos pedestres temáticos, possam assumir um carácter sistémico, pela criação de redes. As atividades a incrementar poderão beneficiar, de uma forma mais efetiva, do contributo dos recursos patrimoniais e, em contrapartida, os recursos culturais das referidas áreas protegidas poderão assumir um papel mais articulado face aos respetivos recursos naturais. No caso das Áreas Protegidas o ecoturismo constituirá o meio mais adequado para a manutenção dos espaços naturais e, principalmente, para assegurar a sustentabilidade dos ecossistemas.

Em resultado da Declaração de Quebec sobre o Ecoturismo (2002), o conceito passou a observar um conjunto de princípios que o distinguem do turismo sustentável e de outras formas de turismo responsável. Considera-se que o ecoturismo deve privilegiar o envolvimento ativo, tal como a inclusividade (transparência de processos e participação ativa das comunidades); a necessidade de interpretar a herança natural e cultural como um destino para os visitantes; e ainda, observar o princípio da pequena escala, designadamente tendo por destinatários viajantes independentes e grupos organizados de pequena dimensão.

A literatura apresenta múltiplas definições de ecoturismo que consideramos como relevantes. No caso, acolhemos duas definições apresentadas respetivamente por Björk (1997) e por Martinez Quintana e Blanco Gregory (2011), pela sua clareza que apresentam e por integrarem as principais dimensões do conceito: para Björk “é uma atividade onde as autoridades, a indústria do turismo, os turistas e a população local cooperam para que os turistas possam viajar para áreas genuínas para admirar, estudar e desfrutar da natureza e da cultura de uma forma que não explore os recursos, mas contribuindo para o desenvolvimento sustentável” (Cf. Björk, 1997: 305). Para Martinez Quintana e Blanco Gregory “a viagem responsável a áreas naturais que conserva o ambiente e melhora o bem-estar dos residentes no lugar” (Martinez Quintana e Blanco Gregory, 2011: 215).

Serão apresentados os resultados já obtidos na pesquisa que estamos a realizar, tendo em vista identificar as principais causas do declínio das comunidades de montanha, das Áreas Protegidas portuguesas, não obstante o incremento da promoção de atividades de turismo sustentável, estudo esse que foi iniciado pela análise das comunidades de montanha do PNPG situadas no território do município de Arcos de Valdevez, opção essa que resultou dos múltiplos contactos que temos tido com a referida realidade, e concretizado considerando as dimensões económica, patrimonial e social (populacional), assim como questões referentes à análise e avaliação das consequências no ambiente em resultado da ação humana, tanto por efeito do desuso como do uso indevido.

2. REVISÃO DA LITERATURA

No caso particular da Europa Comunitária, as Áreas Protegidas têm vindo a ser objeto de medidas legislativas que visam não só garantir o equilíbrio dos ecossistemas, como a regulação da ocupação dos territórios e das atividades humanas. Pretende-se, no caso, que a pressão sobre o meio natural não comprometa a sustentabilidade.

Pretende-se privilegiar uma perspetiva de análise que evidencie a interdependência entre ambiente e cultura. Numa conceção esquemática do meio ambiente, Ribeiro e Barros identificam duas perspetivas básicas. “Por um lado, uma perspetiva naturalista que restringe ou privilegia o significado de meio ambiente e seus aspetos físicos e biológicos, dissociando a sociedade da natureza. Por outro lado, uma perspetiva social-ambientalista que, além do ambiente natural, considera o meio antrópico ou humano, sujeito aos empreendimentos do homem, condicionados essencialmente por relações sociais. Nessa conceção, que nos parece adequar-se melhor à complexidade das questões em análise, o meio ambiente assume um significado mais abrangente, na medida em que é interpretado como resultado das inter-relações entre natureza e sociedade” (Cf. G.L. Ribeiro e F.L. Barros, 1997: 90).

Em Portugal, as questões ambientais adquiriram, desde longa data, uma importância significativa, sendo de notar que uma parte significativa do território é parte integrante da Rede Natura 2000, no caso, cerca de 20 % do território continental, percentagem essa superior à da Rede Nacional das Áreas Protegidas, que se situa apenas nos 8 %.

No espaço rural, como no caso das Áreas Protegidas, o turismo tem vindo a assumir uma importância crescente, com destaque, em primeira análise, para o turismo de natureza, através de atividades que proporcionem a visitaçao e a fruição, como as que recorrem ao pedestrianismo, à observação da natureza e, também, através de outras atividades com baixo impacto ambiental. No caso, a história e a memória constituem valores que têm sido potenciados. Também o património, material e imaterial, tem merecido particular atenção por parte dos turistas e visitantes, como dos agentes públicos e privados.

Em particular o turismo sustentável e, em particular o ecoturismo, podem contribuir para a regulação das Áreas Protegidas e para a melhoria da qualidade de vida das populações locais. Lembra Weaver quanto às rotas turísticas que há um conjunto de eixos que integram as tipologias mais difundidas referentes a atividades promovidas nas áreas rurais e naturais. É o caso das rotas turísticas patrimoniais, dos itinerários históricos e das rotas gastronómicas (Cf. Weaver, 2006: 30).

A gestão sustentável de qualquer destino turístico implica a observância de um conjunto de indicadores que foram, a nível internacional, estabelecidos pela organização Mundial do Turismo. Entre outros, é o caso do “stress”, ou seja, o número de visitantes dos sítios (por ano e por mês). Foram estabelecidos outros indicadores como sejam a intensidade do uso (número de pessoas por hectare), a satisfação por local de destino, assim como a contribuição do turismo para a economia local (Cf. González Hernandez et al. (coords.), 2013: 100), .

O turismo sustentável e, em particular, os percursos temáticos realizados em regiões de montanha do PNPG, a serem incrementados de forma mais intensa, poderão suscitar o crescimento do número de turistas e outros visitantes, o que se considera desejável desde que seja respeitada a capacidade de carga ecológica, material e psicológica (Cf. R. Boullon, 2000: 167-169).

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa sobre as comunidades de montanha do PNPG situadas no território do município de Arcos de Valdevez constitui um objeto de estudo que temos privilegiado, desde longa data, mas que temos vindo a tratar, de forma sistemática, a partir de 2012. Pretende-se apresentar algumas reflexões e resultados já obtidos na investigação que temos vindo a desenvolver. Tem-se privilegiado uma abordagem multidisciplinar com recurso à antropologia, à sociologia, à ecologia e à geografia, adotando-se uma perspetiva sistémica sobre a realidade em análise e o turismo em particular. A referida estratégia metodológica visa facilitar a observação das particularidades do todo e, simultaneamente, das propriedades específicas das partes que compõem o todo. No caso, foram acolhidos alguns critérios de análise defendidos principalmente por Davies (2003), por Creswel (2008) e por Echtner e Jamal (1997). No caso, optou-se por um método de pesquisa que privilegia a combinação dos métodos qualitativos e quantitativos.

É de salientar que a questão da relação e interdependência entre natureza e cultura tem sido objeto de múltiplos trabalhos científicos, designadamente no que se refere ao turismo.

No entanto, considera-se que as abordagens que incidem sobre questões ambientais, como foi referido, enfermam, com frequência, de algumas limitações. No caso, as referidas abordagens que privilegiam aspetos ligados à natureza ou, em contrapartida, à cultura, são frequentemente áreas temáticas tratadas tendencialmente de uma forma autónoma. No caso, tal constatação resulta da leitura e análise crítica de um conjunto de textos de referência publicados por um conjunto de autores, como Inskip (1991); Ceballos-Lascrain (1996); Weaver (2006); Sigala e Leslie (2005); Coghland e Buckley (2013); Carneiro, Costa e Crompton (2006); Mehmetoglu (2007).

No caso particular do PNPG têm vindo a ser incrementadas atividades turísticas como as que estão associadas ao pedestrianismo cuja atividade importa conhecer de forma mais detalhada, sobretudo quanto ao impacte das atividades promovidas nesse âmbito na região e suas comunidades residentes. O turismo na natureza promovido no território do PNPG tem proporcionado o desenvolvimento de atividades centradas no ambiente e, outras, no património e na cultura, cuja articulação não parece suficientemente identificada. Para além disso, no âmbito do turismo, importa preservar o património onde decorrem as atividades promovidas, objetivo esse considerado como fundamental tendo em vista responder aos desafios das Áreas protegidas e as expectativas dos visitantes (veja-se “A Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas Protegidas”).

4. RESULTADOS DA PESQUISA

4.1. A relevância dos recursos e da intervenção no Parque Nacional da Peneda-Gerês na qualificação humana e ambiental

O território português detém uma multiplicidade de Áreas Protegidas mas, no entanto, tal como foi referido, apenas existe um Parque Nacional, o da Peneda-Gerês, criada em 1971, que ocupa uma área de cerca de 70000 hectares, e cujas comunidades populacionais, com destaque para as que se situam em territórios de montanha, suscitarão o nosso interesse particular como objeto de estudo, cuja análise permitiu atingir alguns resultados parciais apresentados no presente trabalho.

O Parque Nacional da Peneda-Gerês (PNPG) é gerido pelo Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), enquadra-se nas sub-regiões (NUTS III) do Minho-Lima, do Cávado e do Alto Trás-os-Montes. O território do Parque abrange cinco municípios do norte de Portugal ou seja, de Melgaço, Arcos de Valdevez, Ponte da Barca, Terras do Bouro, e Montalegre (Cf. Tabela 1).

Tabela 1 - Municípios e Freguesias do Parque Nacional da Peneda Gerês

| MELGAÇO | | | | |
|--------------------------|---------------------|-----------|-------------------|---------|
| Castro Laboreiro | Lamas de Mouro | | | |
| ARCOS DE VALDEVEZ | | | | |
| Cabana Maior | Cabreiro | Gavieira | Gondoriz | Soajo |
| PONTE DA BARCA | | | | |
| Britelo | Entre ambos os Rios | Ermida | Germil | Lindoso |
| TERRAS DE BOURO | | | | |
| Campo de Gerês | Covide | Rio Caldo | Vilar de Veiga | |
| MONTALEGRE | | | | |
| Cabril | Covelães | Outeiro | Pitões das Júnias | Sezelhe |
| Tourém | | | | |

Fonte: Turismo de Natureza/enquadramento estratégico - PNPG – 2000-2006 (Elaboração própria)

Há um conjunto de freguesias integrantes dos municípios em epígrafe localizadas no território do PNPG. Destacar-se-ão pela importância atribuída nesta fase da pesquisa, as freguesias de Cabana Maior, Cabreiro, Gavieira, Gondoriz e Soajo pertencentes ao município de Arcos de Valdevez (Cf. Tabela 1).

O PNPG criou em zonas estratégicas de acesso à Área Protegida um conjunto de “Portas” (do Lindoso, do Campo do Gerês, de Lamas de Mouro, do Mezio, de Montalegre), ou seja, “lugares de entrada” que visam proporcionar aos visitantes uma receção mais adequada e informação pertinente. Para além da “Portas” existe um centro interpretativo, ou seja, o Centro de Educação Ambiental do Videiro.

Os turistas e visitantes que pretendam aceder à área do Parque abrangida pelo Município de Arcos de Valdevez têm como meio privilegiado a “Porta” do Mezio. A referida “Porta” permite a entrada numa vasta região onde, entre outros, se situam as montanhas e vales do Soajo e da Peneda. É facultado aos turistas e visitantes uma informação detalhada sobre o Parque e sua biodiversidade, sendo também proporcionada uma oferta que integra múltiplas atividades de turismo e lazer como percursos pedestres, equitação, bicicleta, canoagem e canyoning.

O PNPG tal como referido anteriormente localiza-se na região norte de Portugal, faz fronteira com a região da Galiza, em Espanha, e ocupa um território contíguo ao que pertence ao Parque Natural de Baixa Limia – Serra do Xurés, o que facilitou não só a concretização de ações conjuntas entre os dois Países Ibéricos, como a emergência do Parque Transfronteiriço

do Gerês-Xurés. O referido Parque transfronteiriço foi classificado pela UNESCO como Reserva Transfronteiriça Mundial da Biosfera.

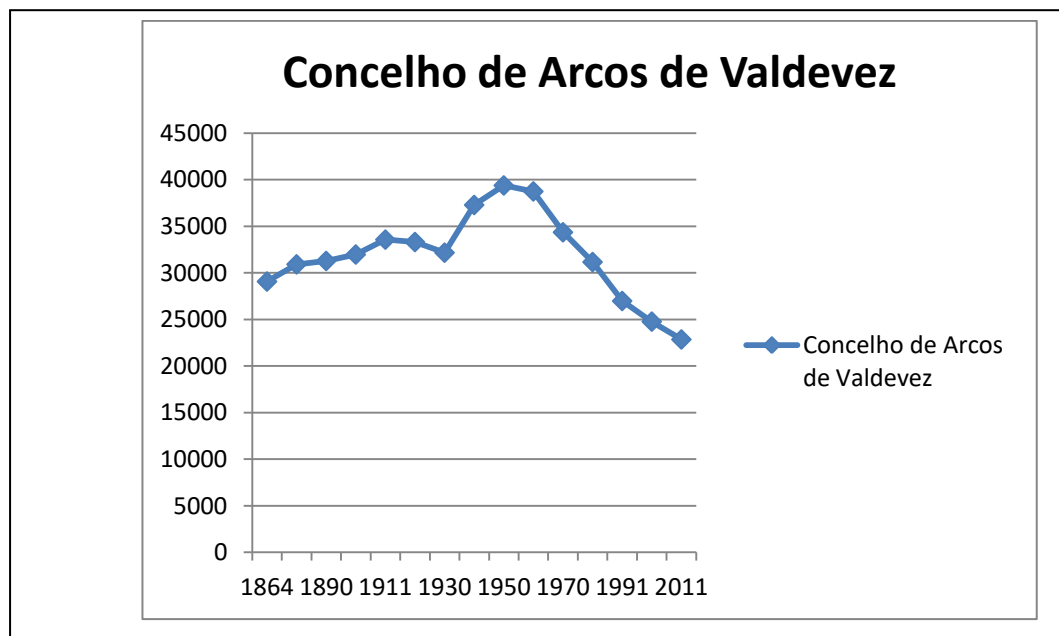
Para além de ser o único Parque Nacional existente em Portugal o PNPG aderiu à Rede PAN Parks, cujo processo de certificação foi iniciado em 2007. Trata-se de uma rede de excelência cuja adesão implica a satisfação de um conjunto de requisitos. No caso, o PNPG é o único Parque Nacional da Península Ibérica que integra a referida rede. Entre os requisitos indispensáveis pode destacar-se a ocupação de uma área não inferior a 20000 hectares, com a existência de uma zona mínima sem intervenção humana de 10000 hectares. Os critérios previstos visam no essencial a valorização das atividades humanas nas áreas protegidas e a preservação dos recursos naturais. Pretende-se a requalificação urbana e paisagística, a recuperação do património histórico-cultural, e o apoio e dinamização das atividades económicas tradicionais, entre outros.

4.2. As relevância das comunidades de montanha do Parque Nacional abrangidas pelo Concelho de Arcos de Valdevez

As populações residentes em comunidades de montanha do Parque Nacional da Peneda Gerês, como aquelas que se fixaram na área abrangida pelo município de Arcos de Valdevez conseguiram alcançar, em resultado de uma tradição secular, uma relação equilibrada com o meio ambiente marcado pela biodiversidade. O referido processo adaptativo processou-se com base em múltiplas estratégias, como no caso da adoção de algumas atividades e estilos de vida com baixo impacte sobre o meio ambiente, como foi o caso do comunitarismo agro-pastoril. Essas práticas vieram a cair em desuso.

Ao analisar a humanização do território, consideram alguns autores, como é o caso de Cerqueira de Barros, que tem estudado em particular algumas comunidades de montanha, que os fatores históricos são de primordial importância (cf. Barros, 2013: 37). No entanto, o processo evolutivo da população de Arcos de Valdevez confirma o declínio do “contingente” populacional das comunidades residentes no território do PNPG abrangido pelo referido município. Não obstante o comunitarismo agro-pastoril implicar processos que suscitaram um crescimento moderado das populações residentes nas comunidades de montanha (veja-se os casamentos tardios) deixou no caso de se proceder a uma substituição de gerações e daí a redução da população residente, uma das principais consequências observadas.

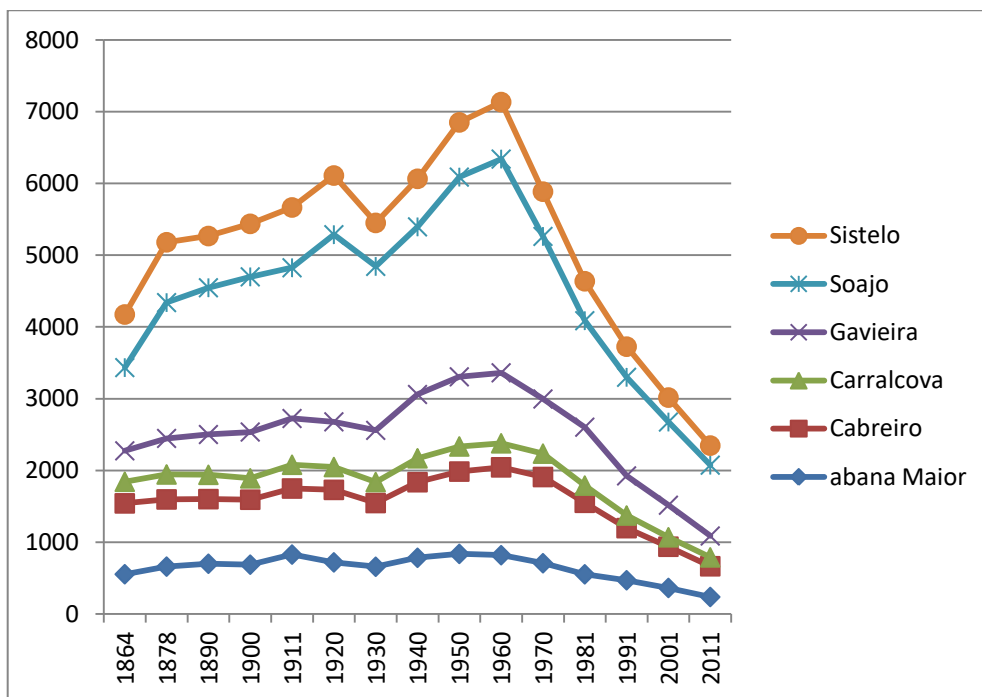
Gráfico 1: Evolução da população do Concelho de Arcos do Valdevez



O processo observado quanto ao declínio populacional referente aos residentes no Concelho de Arcos de Valdevez foi mais evidente nas zonas periféricas e teve especial evidência nas regiões de montanha (Cf. Gráficos 1 e 2).

O crescimento negativo da população observou-se em particular nas referidas regiões de montanha, tendência essa que importa inverter ou, pelo menos, atenuar. A não ser feita uma avaliação efetiva da situação e se não forem tomadas medidas que suscitem o crescimento sustentável continuará a registar-se o abandono de muitas aldeias de montanha e a desertificação de muitas regiões.

Gráfico 2: Evolução da população das Freguesias de montanha do Município de Arcos do Valdevez



Fonte: Censos da População 1864 a 2011 (Elaboração própria)

No universo em estudo dever-se-á também assinalar que o processo de transformação das atividades económicas e dos estilos de vida a que estavam associadas, como comprovam as estatísticas nacionais (Instituto Nacional de Estatística), foi acompanhado pela degradação do património construído, pelo envelhecimento das populações registando-se ainda uma manifesta perda de referências por parte do habitantes de algumas comunidades de montanha.

O turismo, em particular o turismo de natureza, tem vindo a ser incrementado por muitos “stakeholders” privados e públicos, constituindo, atualmente, uma atividade económica muito relevante em áreas protegidas, o que tem permitido, entre outros, a revitalização e ativação patrimonial.

Tabela 2. População residente nas freguesias de montanha e variação entre 2001 e 2011

| Freguesias | Em 2011 | | | | | Variação total entre 2001 e 2011 (%) |
|---------------------|---------|----------------|-------|-------|------------|--------------------------------------|
| | Total | Grupos etários | | | | |
| | HM | 0-14 | 15-24 | 25-64 | 65 ou mais | |
| Cabana Maior | 239 | 16 | 19 | 82 | 122 | -34,52 |
| Cabreiro | 428 | 34 | 21 | 167 | 206 | -25,44 |
| Carralcova | 124 | 10 | 5 | 52 | 57 | -6,06 |
| Gavieira | 298 | 20 | 12 | 129 | 137 | -33,18 |
| Soajo | 986 | 76 | 47 | 414 | 449 | -14,93 |
| Sistelo | 273 | 16 | 15 | 101 | 141 | -19,94 |
| TOTAL | 2348 | 172 | 119 | 945 | 1112 | |

Fonte: INE. Recenseamento Geral da População, 2011;
 “Arcos de Valdevez Diagnóstico Social 2013”, p. 22

Para além do manifesto envelhecimento da população residente nas freguesias situadas em regiões de montanha de Arcos de Valdevez (Cf. Tabela 2) observa-se também quanto à atividade económica, um declínio das atividades agrícolas como é o caso da Gavieira e do Soajo, duas das freguesias de montanha situadas na periferia do concelho e que foram privilegiadas na análise realizada pela importância que assumem na Área Protegida. Regista-se também, no caso das atividades económicas, um processo de terciarização abrangendo as referidas freguesias sendo mais significativo no caso do Soajo (Cf. Tabela 3).

Tabela 3: População residente economicamente ativa e empregada, segundo o ramo e taxas de atividade em 2011

| Zona Geográfica | População economicamente ativa | | | | | | | | | Taxa de atividade em % |
|--------------------------|--------------------------------|-----------|----------|------------|-----------|-------------|-----------|----------|-----------|------------------------|
| | TOTAL M | Empregada | | | | | | | | |
| | | Total HM | primário | secundário | terciário | quaternário | quintário | sextário | setimário | |
| Norte | 756065 | 1501883 | 00 | 3023 | .86 | 33848 | 5.54 | 25012 | 1.59 | 7.59 |
| Minho Lima | 04124 | 91794 | 00 | 582 | .90 | 1911 | 4.78 | 6301 | 1.33 | 2.53 |
| Arcos de Valdevez | 859 | 7058 | 00 | 14 | .28 | 369 | 3.56 | 175 | 9.15 | 4.40 |
| Gavieira | 0 | 75 | 00 | 9 | 2.00 | | 0.66 | 8 | 7.30 | 6.85 |
| Soajo | 52 | 131 | 00 | 7 | 0.61 | 8 | 9.00 | 6 | 0.38 | 5.42 |

Fonte: INE – Censos População 2011 (Elaboração própria)

Acresce ainda que as taxas de atividade referentes às duas freguesias referidas (Gavieira e Soajo) apresentam valores menos significativos comparativamente aos dados apresentados para o concelho e àqueles que se referem às freguesias de zonas urbanas em particular (cf. Tabela 3).

4.3. A relação e interdependência desejável entre turismo, natureza, património e memória

O turismo incrementado na áreas protegidas portuguesas, como o turismo de natureza, tem vindo a suscitar interesse acrescido e uma procura crescente, o que tem contribuído para que as áreas protegidas, sem prejuízo da sustentabilidade dos ecossistemas, sejam objeto de visita, contribuindo também para a promoção dos meios de acolhimento e de múltiplas atividade turísticas.

No caso do Parque Nacional da Peneda Gerês, uma das atividades com procura crescente refere-se aos percursos pedestres, com destaque para os de carácter temático como aqueles que se referem aos estilos de vida e ao património construído.

O PNPG sinalizou um conjunto de percursos pedestres considerados de pequena e grande rota, sejam de carácter etnográfico, paisagístico e natural, os quais integram, entre outros, as serras da Peneda e do Soajo.

No caso de Arcos de Valdevez, a Associação Regional de Desenvolvimento do Alto Lima (ARDAL), criada em 29 de Fevereiro de 2000, associação sem fim lucrativo, tem entre os seus objetivos o desenvolvimento local, a concretizar com base na melhoria das condições culturais e materiais de vida da população, através de iniciativas de base comunitária. A Câmara Municipal de Arcos de Valdevez e algumas entidades de interesse público local encontram-se entre os associados da ARDAL. É de notar que a ARDAL oferece aos turistas e visitantes um programa anual baseado num conjunto de “trilhos” pedestres temáticos com grau de dificuldade variável. A ARDAL oferece um programa anual de Trilhos pedestres de carácter temático que proporcionam a descoberta do património, da paisagem, das artes, e dos ofícios tradicionais, entre outros.

Não obstante as atividades turísticas e de lazer promovidas no território do PNPG abrangido pela Município de Arcos de Valdevez e sendo o turismo sustentável uma das atividades estratégicas de desenvolvimento regional e local, não se confirmou na pesquisa uma atratividade muito significativa considerando a frequência das atividades promovidas baseadas no património natural e cultural. No entanto, em contrapartida, o número de visitantes do PNPG tem vindo a crescer.

Os municípios integrantes do PNPG têm promovido atividades conjuntas incrementadas em alguns casos através de meios indiretos. No caso, merece destaque a “ADERE–Peneda Gerês”, que constitui também uma entidade privada sem fins lucrativos, a qual desenvolve atividades nas regiões dos cinco concelhos abrangidas pelo PNPG. Sendo embora uma entidade privada, encontram-se entre os seus associados os 5 municípios ligados territorialmente ao PNPG.

A “ADERE–Peneda Gerês” visa, entre outros, incrementar projetos de desenvolvimento local que permitam a melhoria da qualidade de vida da população, a concretização de projetos financiados pela Comunidade Europeia e pelo Estado Português. Entre outros a “ADERE–Peneda Gerês” realiza ações de formação profissional com o objetivo, entre outros, de diversificar as competências profissionais de forma a permitir diversificar as fontes de rendimento das populações relativamente à agricultura.

Tabela 4: PNPG: Número de visitantes e de visitas guiadas

| MESES | Número de Visitantes (visitas guiadas) | | | | Número de visitas guiadas | | | |
|--------------|---|-------------|-------------|-------------|---------------------------|-----------|-----------|-----------|
| | 2015 | 2010 | 2005 | 2000 | 2015 | 2010 | 2005 | 2000 |
| Jan. | 0 | 34 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Fev. | 0 | 0 | 10 | 30 | 0 | 0 | 1 | 1 |
| Mar. | 60 | 185 | 198 | 700 | 1 | 5 | 4 | 15 |
| Abr. | 11 | 213 | 656 | 202 | 1 | 8 | 7 | 6 |
| Mai. | 123 | 523 | 333 | 400 | 3 | 12 | 7 | 9 |
| Jun. | 187 | 48 | 858 | 460 | 3 | 1 | 14 | 8 |
| Julh. | 11 | 71 | 70 | 185 | 1 | 3 | 1 | 4 |
| Ago. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Set. | 0 | 23 | 178 | 30 | 0 | 1 | 4 | 1 |
| Out. | 0 | 64 | 0 | 0 | 0 | 2 | 0 | 0 |
| Nov. | 0 | 119 | 16 | 0 | 0 | 3 | 1 | 0 |
| Dez. | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| TOTAL | 392 | 1280 | 2319 | 2007 | 9 | 37 | 39 | 44 |

Fonte: ICNF 2000 a 2015 (Elaboração própria)

Os dados apresentados na Tabela 4 referem-se à evolução observada quanto ao número de visitas-guiadas realizadas no PNPG e ao número de visitantes que participaram nas mesmas. No caso, regista-se um decréscimo tanto no que respeita às visitas guiadas que têm sido organizadas como quanto aos respetivos participantes.

Considerando o período em análise, ou seja, entre 2000 e 2015, de acordo com as estatísticas do ICNF, constata-se que o declínio observado quanto às visitas-guiadas ao PNPG corresponde à tendência observada a nível nacional. No caso (nível nacional), registaram-se 1110 visitas guiadas no ano 2000 e no ano 2015 de 715. O número de visitantes das Áreas Protegidas portuguesas (visitas-guiadas) foi de 63560 no ano 2000 e de 28696 visitantes no ano 2015. As visitas-guiadas assumem uma importância significativa sobretudo em áreas de montanha pelo seu carácter acidentado e por proporcionar visitas que permitem um conhecimento mais aprofundado do património natural e cultural existentes.

Ao contrário do que se tem registado quanto às visitas-guiadas, constata-se que a visitação às Áreas Protegidas portuguesas, ou seja com carácter auto-organizado, tem vindo a crescer. No caso, de acordo com as estatísticas do ICNF, contactaram as referidas Áreas Protegidas 217596 visitantes no ano 2000 e 352588 no ano 2015. No entanto, no período entre 2000 e 2010 registou-se um ligeiro decréscimo do número de visitantes.

Pode afirmar-se também que o total de visitantes que contactaram as Áreas Protegidas entre 1996 e 2014 foi de 4527309 visitantes. É de notar que estabelecer comparações quanto ao tipo e frequência na visitação ao diversos tipos de Parques Naturais e outras zonas classificadas é manifestamente difícil, dada a diversidade nas condições de acessibilidade dos territórios integrantes nas Áreas Protegidas. No caso, existem zonas com maior ou menor grau de proteção e daí serem muito diversificados os condicionalismos colocados aos turistas e visitantes quanto ao respetivo acesso.

4.4. A relevância da cultura para o enriquecimento das rotas turísticas

No caso dos percursos temáticos dedicados ao património material e imaterial, a pesquisa efetuada e as informações recolhidas em resultado de entrevistas a agentes locais, na sequência de deslocações à região do Parque Nacional, sugerem que os promotores das referidas visitas não proporcionam frequentemente aos visitantes uma informação detalhada sobre a memória e a história dos lugares visitados, ou seja, não privilegiam como recurso para o enriquecimento da visita turística a educação e interpretação patrimoniais.

Tem-se constatado também que muitas aldeias de montanha com um património material e imaterial muito significativo se encontram em avançado estado de degradação e, quando são objeto de requalificação, tal é concretizado, frequentemente, sem salvaguarda do património construído. Esse processo está associado ao envelhecimento das populações locais e à perda da identidade. Esse processo conduz necessariamente, no que respeita ao turismo, à não ativação patrimonial de muitos recursos com grande potencial.

No caso das visitas turísticas importa, por um lado, definir o papel do visitante, por outro, importa determinar os atrativos ecoturísticos principais e complementares, ou seja, os elementos do património natural e cultural que determinaram a visita turística a um determinado lugar ou que, não sendo fatores determinantes, contribuíram para a visita. Portanto, pode dizer-se no caso dos recursos culturais, materiais e imateriais, que estes podem constituir, em maior ou menor grau, fatores determinantes da qualificação dos destinos e das visitas turísticas.

4.5. Declínio, requalificação e revitalização dos recursos existentes

Com base nas estatísticas do INE e nos estudos por nós concretizados sobre as áreas protegidas de montanha já foi possível confirmar o declínio generalizado respeitante ao património e às populações, assim como os efeitos negativos sobre o meio ambiente em resultado do desuso ou, até, do uso inapropriado dos recursos ambientais.

Contudo, não obstante a manifesta revitalização decorrente do incremento do turismo, a observação direta, em particular, indicia que há marcados desequilíbrios e que, em alguns casos, como na requalificação urbana, a mesma processa-se, com frequência, sem atender à salvaguarda da tradição, e quantas vezes sem avaliação dos recursos estratégicos e consequente ativação do património material e imaterial. A observação feita indicia também que os “stakeholders”, privados e públicos, internos e externos, potenciam também, em nosso entender, de uma forma modesta os recursos patrimoniais, materiais e imateriais, ao incrementarem projetos associados ao turismo na natureza.

O turismo em Áreas Protegidas implica um conjunto significativo de regras a observar pelos turistas e visitantes, sendo também estabelecidas, frequentemente, normas de conduta, sendo as visitas a algumas áreas objeto de restrições físicas que regulam o número máximo de vistas admissíveis num determinado período de tempo, ou seja, são estabelecidas a quotas. Em qualquer caso, são estabelecidas regras genéricas associadas a um turismo sustentável. No caso, Weaver apresenta um conjunto de indicadores que visam, no essencial, preservar os recursos naturais e culturais, salvaguardando e desenvolvendo de forma sustentáveis os locais de destino turístico. Tendo em conta as Áreas Protegidas, considera-se particular interesse os seguintes indicadores: a área de destino (km²); a população residente (número de residentes); os turistas (número de turistas); a taxa de ocupação (meios de acolhimento); o contributo do turismo para a economia local; as atrações; o emprego na indústria turística; os percursos

turísticos com guias (natural/cultural/históricos); os planos de ação aprovados para o turismo sustentável (Cf. Weaver, 2006: 36).

É de notar que se tem comprovado aquilo que é sustentado por Serrano ao afirmar que “o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, quaisquer que sejam suas categorias, pode gerar benefícios económicos em níveis regional e nacional” (Cf. Serrano, 1997: 111). No caso particular do Alto Minho, as comunidades locais residentes em regiões montanhosas enfrentam situações climáticas adversas, tiveram de adaptar-se a terrenos acidentados, adotando estratégias adequadas como foi a criação de pequenos aglomerados muito concentrados, com carácter mais ou menos temporários segundo a época do ano (caso das brandas e inverneiras), cujo estilo de vida predominante foi o agro-silvo pastoril. No que respeita ao Alto Minho, Cerqueira Barros, entre outros autores comprova o aqui afirmado (Cf. Barros, 2013: 113).

5. CONCLUSÕES

As Áreas Protegidas portuguesas, como no caso do PNPG a ocupação humana, secular, permitiu modelar o ambiente.

Não obstante as ações incrementadas para que o PNPG tenha um número acrescido de turistas e visitantes, salvaguardando a sua sustentabilidade, regista-se um aumento da frequência do Parque Nacional embora se registem assimetrias quanto às visitas.

Com referência ao período compreendido entre os anos 2000 e 2015 registou-se um aumento significativo do número de visitantes que contactaram o território do PNPG, tendência essa observada também a nível nacional, observando-se em contrapartida, no período em referência, tanto a nível nacional como na área do PNPG, um declínio do número de visitas-guiadas e do número de visitantes que usufruíram de visitas-guiadas.

Nas áreas do PNPG abrangidas pelo município de Arcos de Valdevez houve comunidades de montanha agora em declínio que conseguiram encontrar estratégias adequadas para estabelecerem relações equilibradas com o ambiente natural.

Com o declínio das formas de vida tradicionais associadas às comunidades de montanha, assentes na agricultura, na silvicultura e no pastoreio, têm sido incrementadas estratégias que permitam revitalizar a economia local com base no turismo de natureza, como é o caso do ecoturismo, ações essas desenvolvidas por alguns agentes económicos locais.

As ações a desenvolver no território do PNPG como as que são incrementadas no âmbito do turismo têm de respeitar um conjunto significativo de regras de âmbito internacional, europeu e nacional que permitam o desenvolvimento sustentável, a proteção e valorização do património natural e cultural, a participação das populações e agentes locais, e a satisfação dos turistas e visitantes.

As atividades associadas aos pedestrianismo têm vindo a ser incrementadas tal como de lazer, recreio e turismo. Apesar da procura registada de trilhos pedestres no norte de Portugal e, em particular, nas regiões de montanha do PNPG, registam-se marcadas assimetrias com prejuízo de algumas regiões de montanha, como no caso de algumas comunidades de Arcos de Valdevez.

Portanto, as ações incrementadas não têm permitido inverter ou atenuar a tendência observada na generalidade das comunidades de montanha que temos vindo a analisar, o que

suscitou, entre outros, o envelhecimento das populações locais e o declínio da atividade económica local. Em particular, o património construído (caso das habitações tradicionais) tem-se degradado e o património intangível, não assume, em nosso entender, a relevância desejável, como no caso da oferta turística.

Considera-se no caso das Áreas Protegidas portuguesas de montanha que se justifica a avaliação permanente do estado dos seus recursos, materiais e imateriais, com destaque para os que sejam considerados como estratégicos. No caso, não se tem registado uma ativação patrimonial que permita suscitar uma promoção mais significativa do património existente nas referidas regiões de montanha, material e imaterial, assim como o incremento ações que promovam de uma forma integrada o património material e imaterial.

Para além da oferta importa dinamizar a procura. No caso, tratando-se de uma clientela que privilegia um turismo não massificado, alternativo, com interesses particulares no que respeita a questões ambientais e culturais, o incremento da informação e, também, da educação ambiental, contribuirá para a ativação patrimonial.

BIBLIOGRAFIA

- Barros, Fernando Cerqueira (2013). *Construção do Território e Arquitectura na serra da peneda. Padrão (Sistelo) e suas “brandas” – um caso de estudo*. Ed. Município Arcos de Valdevez
- Björk, P. (1997). Marketing of finnish eco-resorts. *Journal of Vacation Marketing* (3(4): 303-313
- Borges, M. R., & Lima, S. O Turismo de Montanha. Abordagem Conceptual e Enquadramento do Produto. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 6, Aveiro, pp. 157-165
- Bote Gómez, V. (2001). *Turismo en Espacio Rural. Rehabilitación del Patrimonio Sociocultural y de la Economía Social*, 2ª Ed. [1ª Ed. 1983]. Madrid, Editorial Popular
- Boullon, Robert (2000). *Ecoturismo. Sistemas Naturales y Urbanos*. Buenos Aires (1ª Ed. 1993), Libreria y Distribuidora Turísticas
- Callier-Boisvert, C. (2004). *Soajo. Entre Migrações e Memória. Estudos sobre uma sociedade agro-pastoril de identidade renovada*. Câmara Municipal de Arcos de Valdevez
- Carneiro, M. J., Costa, C. & Crompton, J. (2006). A escolha do Destino Turístico a Visitar – Motivos da Visita a Áreas Protegidas. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 6, Aveiro, pp. 109-123
- Ceballos-Lascurain, H. (1996). *Tourism, ecotourism. and protected areas: the state of nature-based tourism around the World and Guidelines for its Development*. Gland: IUCN Publication
- Coghland, Alexandra & Buckley, Ralph (2013). *Nature-based tourism*. The Rutledge Handbook of Tourism and the Environment, 2013, NY
- Creswel, J. (2008). *Research design: qualitative & quantitative, and mixed method approaches*, 2ª Ed., Sage Publications, London
- Davies, B. (2003). The role of quantitative and qualitative research in industrial studies of tourism, *International Journal of Tourism Research*, N2, p. 97-111

- Donaire, J.A. (2012). *Turismo cultural. Entre la experiencia y el ritual*. Bellcare d'Empordà, Edicions Vitel-la,
- Echtner, C. & Jamal T. (1997). The disciplinary dilemma of tourism studies. *Annals of Tourism Research*, Vol. 24, N 4, 868-883
- Federação Euro Parc (2007). *A Carta Europeia de Turismo Sustentável em Áreas protegidas*. Regensburg
- González Hernández, M.M., León González, C.J.L., León Ledesma, J. & Moreno Gil, S. (2013). *Turismo rural y en áreas protegidas*. Madrid, Editorial Síntesis
- Inskoop, E. (1991). *Tourism planning. An integrated and sustainable development approach*. New York: John Wiley & Sons
- Machado, Álvaro (2005). *Ecoturismo: um Produto Viável. A Experiência do Rio Grande do Sul*, Rio de Janeiro, Editora Senac Nacional
- Martinez Quintana, V. & Blanco Gregory, R. (2011). *Naturaleza y Urbes en el Ocio y el Turismo*, Madrid, Ediciones Academicas
- Mehmetoglu (2007). Typologising nature-based tourists by activity – Theoretical and practical implications. *Tourism Management*, 28, 661-660
- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) & Organização Mundial do Turismo (OMT) (2002). *Declaração de Ecoturismo do Quebec*, Quênia e Madrid
- Ribeiro, G.L. & Barros, F.L. (1997). A Corrida por Paisagens Autênticas: Turismo, Meio Ambiente e Subjetividade no Mundo Contemporâneo, em *Viagens à Natureza. Turismo, Cultura e Ambiente*, Serrano, C.M.T. e Bruhns, H.T (coods.), São Paulo, Papirus Editora
- Rodrigues, Áurea (2006). Os Trilho Pedestres como uma Actividade de Lazer, Recreio e Turismo – Uma Análise Exploratória ao Mercado dos Trilhos Pedestres em Portugal. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, nº 6, Aveiro, pp. 83-94
- Sandoval, E.R. (2007). *Ecoturismo. Operación técnica y gestión ambiental*. Sevilla, Trillas
- Serrano, C.M.T. (1997). A Vida e os Parques: Proteção Ambiental, Turismo e Conflitos de Legitimidade em Unidades de Conservação, in *Viagens à Natureza, Turismo, Cultura e Ambiente*, Serrano e Bruhns (orgs.), São Paulo, Papirus Editora
- Sigala M. & Leslie D. (2005). *International Cultural Tourism*. Elsevier Butherworth-Heinemann, Oxford
- Silva, C.P. da (2000). Áreas protegidas em Portugal: Que papel? Conservação versus desenvolvimento, *GeoINova* Nº 2, pp. 26-44
- Weaver, D. (2006). *Sustainable tourism*. Elsevier Butherworth-Heinemann, Oxford